

Seu de - ES  
Vive

# Dia a dia

AJIS036

www.twitter.com/gazetadia\_dia



**Censo de todas as idades.**  
Zed Loureiro, 70 anos, e Gabriel Gaspar, 18, estão entre os pesquisadores que vão trabalhar no Censo 2010, a partir de agosto. PÁG. 7

**Micobactéria.** Conclusão do inquérito ocorreu três anos após início do surto que infectou mais de 190

# Contaminação: Justiça decidirá futuro de médicos e hospitais

EDSON CHAGAS

**Oito profissionais, além de uma instrumentadora, foram indiciados por lesão corporal grave**

**DANIELLA ZANOTTI**  
dzanotti@redgazeta.com.br

■ Oito médicos - sendo dois deles diretores de hospital - e uma instrumentadora cirúrgica foram indiciados pela Polícia Civil após investigação sobre a contaminação de pacientes por micobactéria nos hospitais Meridional, em Cariacica, e Santa Rita, em Vitória. Os profissionais de saúde foram acusados de lesão corporal de natureza grave e de crime contra a saúde pública, que é considerado hediondo.

O indiciamento ocorre três anos depois do início do surto de micobactéria que contaminou mais de 190 pessoas submetidas a cirurgias estéticas - como lipoaspiração - e de videolaparoscopia - feitas com ajuda de câmeras de vídeo.

Foram indiciados os médicos Gil da Costa Gomes, Isaac Walker de Abreu, Luís Alberto Sobral Vieira Júnior, Adelmo Rezende Costa, Leandro Correia Leal, Gustavo Peixoto Soares Miguel e a instrumentadora desse cirurgião, Cláudia Sales Martins do Nascimento. Os diretores do Meridional Antônio



“ Os médicos e representantes de hospitais agiram numa omissão relevante. O paciente que contrata um serviço quer solução do seu problema, não uma contaminação”

**JOSÉ DARCY ARRUDA**  
DELEGADO

**INVESTIGAÇÃO.** O titular da Delegacia do Consumidor, Darcy Arruda, concluiu dois inquéritos ontem. Ainda serão analisados processos de oito hospitais

**Entenda o caso**

retornos do Meridional Antônio Alves Benjamim Netto (que ocupa o cargo de presidente) e Ivan Lima (atual diretor operacional) também foram acusados dos mesmos crimes.

As investigações - feitas por meio de dois inquéritos, com 800 páginas ao todo - foram conduzidas pelo titular da Delegacia do Consumidor, José Darcy Arruda. Segundo ele, 99 casos de contaminação por micobactéria aconteceram no Hospital Meridional.

Gustavo Peixoto é apontado como o responsável pelo maior número de infecções. Segundo Arruda, 35 pacientes desse médico contraíram a doença. Peixoto e sua instrumentadora são citados nos dois inquéritos.

A direção do Santa Rita não foi responsabilizada pelos casos. "Foram atos isolados de um médico. Gustavo Peixoto foi responsável por 28 contaminações no Meridional e por sete no Santa Rita. Esse último hospital fez mais de mil cirurgias em um ano, mas somente as sete realizadas por Peixoto geraram contaminação", diz Arruda.

Entre os problemas que provocaram o surto estão reutilização de materiais de uso descartável, como pinças, tesouras e grameadores cirúrgicos; falhas na limpeza dos materiais; excesso de cirurgias por dia (de oito a dez); prática de desinfecção com imersão dos materiais em produto desinfetante por 30 minutos, quando a Anvisa determina uma esterilização de 12 horas; descaso na organização do centro cirúrgico e poucos profissionais para os trabalhos.

"Temos provas de que os materiais eram reutilizados, devido ao custo, que chegava a R\$ 5 mil. Por isso os hospitais reutilizavam", diz Arruda. O delegado acrescenta que as vítimas estão muito traumatizadas. "Tivemos momentos muito difíceis. Elas chegavam chorando, outras ainda ficam trancadas em casa. São sequelas irreversíveis", destaca.

Os inquéritos serão encaminhados para promotores do Ministério Público das cidades onde ficam os hospitais. O crime de lesão corporal grave prevê reclusão de dois a oito anos; e a pena para crime contra a saúde pública vai de dez a 15 anos de prisão.

■ **SURTO.** Os casos de micobactéria surgiram no Brasil em 2003. Os Estados que foram afetados com a doença foram:

- Pará
- São Paulo
- Mato Grosso
- Piauí
- Rio de Janeiro
- Rio Grande do Sul
- Goiás
- Bahia
- Minas Gerais
- Espírito Santo

■ **ANVISA:** Em 2006, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) emitiu uma nota técnica, orientando as secretarias de Saúde do país a comunicar a todos os hospitais que não fizessem mais a desinfecção de alto nível e passassem a realizar a esterilização

■ **O QUE É DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL:** É o processo de imersão do material cirúrgico em um desinfetante - o mais usado era o glutaraldeído - por

um período de 30 a 40 minutos. Já na esterilização, os materiais permanecem de oito a 12 horas imersos no desinfetante

■ **GOVERNO ESTADUAL:** Em março de 2007, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) recebeu a informação da Anvisa, e, em abril do mesmo ano, o órgão emitiu uma circular para todos os hospitais particulares e públicos

### CAUSAS DA CONTAMINAÇÃO, SEGUNDO O INQUÉRITO:

- Falhas no processo de limpeza dos materiais cirúrgicos
- Excesso de cirurgias realizadas por dia e com os mesmos aparelhos
- Desinfecção de alto nível (procedimento que foi suspenso por recomendação da Anvisa em 2006) e a não esterilização
- Descaso com a

organização do centro cirúrgico

- Poucos profissionais para a execução dos trabalhos
- Reutilização de materiais de uso único

### CASOS NO ESTADO, SEGUNDO A SECRETARIA DE SAÚDE:

- 2010: 0
- 2009: 11
- 2008: 16
- 2007: 195

■ **BACTÉRIA:** A Micobactéria de Crescimento Rápido (MCR) é um bacilo da família das bactérias que causam a tuberculose. Há diversos tipos de micobactéria, mas nem todas atingem o ser humano. Duas delas foram identificadas no Estado: a *Micobacterium maciliense* e a *Micobacterium abscessus*

■ **NOVO SURTO:** Em 2008, teve início um novo surto, dessa vez, causado pela micobactéria

identificada como *Mycobacterium abscessus* tipo 1, diferente da relacionada ao surto do ano anterior (*Micobacterium maciliense*)

■ **LIPOASPIRAÇÃO:** Também em 2008, a lipoaspiração chegou a ser suspensa no Estado, primeiro na Clínica Kuster e, depois, em todos os outros hospitais e clínicas. Posteriormente, o procedimento foi liberado. Os casos que surgiram depois de 2007 ainda estão sendo investigados

■ **TAC:** Em janeiro de 2008, os hospitais assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público Estadual. Os hospitais foram obrigados a ressarcir os pacientes dos gastos que tiveram com o tratamento e a assumir as despesas a partir daquele momento. Segundo a Comissão de Vítimas dos Infectados por Micobactéria, os

hospitais se negaram a pagar algumas despesas de 30 pacientes

■ **MAIS SUSPENSÕES:** Em 2009, por causa das contaminações, o implante de silicone foi suspenso nas clínicas Aleixo e Kuster. Nos hospitais Santa Mônica e São Francisco, foram suspensas a lipoaspiração e a lipoenxertia (cirurgia que melhora os contornos de algumas regiões do corpo e do rosto)

■ **MULTAS:** Cinco hospitais - Meridional, São Luiz, Hospital Vila Velha, Santa Rita e Unimed Vitória - foram multados pela Vigilância Sanitária Estadual no ano passado. As multas variaram entre R\$ 13 mil e R\$ 53 mil

■ **OUTROS INQUÉRITOS:** Até o final do ano, outros oito inquéritos de hospitais da Grande Vitória serão concluídos

Fonte: Sesa e Polícia Civil

## Profissionais preferem não comentar o assunto

### Maioria dos médicos ficou sabendo da conclusão do inquérito por meio de A GAZETA

■ A maioria dos médicos indiciados pela Delegacia do Consumidor tomou conhecimento do fim do inquérito policial por meio de A GAZETA. Eles preferiram não comentar o assunto até serem notificados oficialmente. Essa foi a resposta de Luíz Alberto Sobral Vieira Júnior, Isaac Walker de Abreu e Leandro Correia Leal.

A atendente do consultório de Gil da Costa Gomes informou que ele cancelou os compromissos profissionais de ontem, pois iria viajar. Adelmo Rezende Costa não foi localizado.

O médico Gustavo Peixoto Soares Neto falou com a reportagem a caminho de uma cirurgia, que já contava com a participação de Isaac Walker de Abreu e da instrumentadora Cláudia Sales Martins do Nascimento.

"São vários casos de infec-

“Estou indo fazer uma operação, como faço todos os dias. Não gostaria de falar sobre o inquérito sem ver o teor dele. Você está me informando essas coisas”

GUSTAVO PEIXOTO SOARES MIGUEL MÉDICO

ção por micobactéria e vários médicos envolvidos. Não sei quais foram os critérios que a polícia usou para indiciar alguns médicos e liberar outros, nem o que significam as acusações. Vou esperar receber a notificação e, depois, estarei como sempre à disposição comentar o assunto”, afirma. A assessoria de imprensa do Hospital Meridional informou que a posição dos diretores Antônio Benjamim Neto e Ivan Lima é a mesma da instituição, divulgada por meio de nota, ou seja, que assim que notificada vai cumprir as determinações legais.

(Carla Nascimento)

### Os indiciados

■ Quem foi indiciado por lesão corporal grave e por crime contra saúde pública:

#### HOSPITAL MERIDIONAL

- Gil da Costa Gomes (médico)
- Isaac Walker de Abreu (médico)
- Luíz Alberto Sobral Vieira Júnior (médico)
- Adelmo Rezende Costa (médico)
- Leandro Correia Leal (médico)
- Gustavo Peixoto Soares Miguel (médico)
- Antônio Alves Benjamim Netto (diretor-geral)
- Ivan Lima (diretor clínico)
- Cláudia Sales Martins do Nascimento (instrumentadora cirúrgica)

#### HOSPITAL SANTA RITA

- Gustavo Peixoto Soares Miguel
- Cláudia S. M. do Nascimento

Fonte: Polícia Civil

### PARA SEU FILHO ENTENDER

## JUSTIÇA CIVIL X CRIMINAL

A Justiça Criminal refere-se a crimes. Nela, são julgadas as pessoas que praticam atitudes criminosas, que constam na lei. Se esse cidadão for considerado culpado, ele tem que cumprir uma pena, que depende do crime cometido - pode ser prisão, pagamento de cestas básicas ou serviços comunitários, por exemplo. Já na Justiça Civil o objetivo é a decisão sobre direitos - como a guarda dos filhos, quando o casal se separa - e distribuição e divisão de bens, como herança e casos de indenização.

**Falha.** Faltou fiscalização sanitária nos hospitais e nas clínicas, afirma diretor jurídico do sindicato

# Médicos não cometeram crimes, afirma sindicato

**Para instituição, profissionais só podem responder pelos danos a pacientes na Justiça Cível**

**VILMARA FERNANDES**  
vfernandes@redgazeta.com.br  
**DANIELLA ZANOTTI**  
dzanotti@redgazeta.com.br

■ O Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (Simes) considerou um absurdo o indiciamento de oito médicos pela contaminação de pacientes por micobactéria. Na avaliação do diretor jurídico da instituição, Têlvio Valim, os profissionais só podem responder pelos danos morais, estéticos, materiais e até emocionais na Justiça Cível, com o pagamento de indenização. “Eles não cometeram crimes para serem presos ou reclusos”, destaca.

Valim explica que os pacientes foram submetidos a cirurgias em hospitais e clínicas. São essas unidades as responsáveis pela limpeza, pelo saneamento e pela esterilização dos ambien-

tes. “E não o médico”, observa. Outro ponto, segundo o diretor, é que esse tipo de contaminação, na época em que ocorreu, era algo desconhecido dos profissionais. “E que estava totalmente fora do controle dos médicos.”

O diretor do sindicato destaca, ainda, que houve falha na fiscalização sanitária das clínicas e dos hospitais, cuja responsabilidade é da Secretaria Estadual de Saúde. “Onde estava a Vigilância Sanitária que não atuou com regularidade?”, diz, assinalando que o número de vítimas é uma prova de que a fiscalização não

foi efetuada com a frequência necessária. “As vítimas deveriam acionar o poder público na Justiça, solicitando indenizações.”

## VÍTIMAS

A representante das vítimas de micobactéria no Estado, Kíssila Sodrê, concorda com o argumento do Sindicato dos Médicos e diz que os pacientes não têm nada contra os profissionais responsáveis pelas operações.

“Fomos contaminados devido à falta de esterilização, e isso é responsabilidade dos hospitais. Inclusive, a maioria dos pacientes continua em tratamento com os médicos que realizaram as cirurgias. Mas respeitamos o trabalho do delegado Darcy Arruda, que levou dois anos para concluir esses processos, e ele deve saber o que faz”, pondera.

Kíssila destaca que ainda aguarda o resultado dos inquéritos envolvendo outros hospitais. “Esperamos o indiciamento dos outros hospitais, porque a contaminação ocorreu por um único motivo, que foi a falta de esterilização”, diz.

“Os responsáveis foram os hospitais e não os médicos. Eles só chegam para operar”

**KÍSSILA SODRÊ**  
REPRESENTANTE DAS VÍTIMAS DE MICOBACTÉRIA

## Vítimas querem agilidade nos inquéritos

■ A representante das vítimas de micobactéria no Estado, Kíssila Sodrê, foi até a sede do Ministério Público Estadual (MPES), na Enseada do Suá, na Capital, ontem à tarde, para pedir agilidade nos inquéritos concluídos pela Delegacia do Consumidor. “Começamos a ter esperança de que haverá justiça. A população precisa de uma resposta pelo crime praticado contra tantas pessoas. Isso depende agora do Ministério Público, e estamos ansiosos esperando esse momento. Foi uma covardia o que fizeram, uma falta de responsabilidade muito grande”, afirma. Kíssila estava acompanhada pela jovem Andreia Aparecida Soares, 24, que também afirma ser vítima de micobactéria. Ela foi operada em 2007 e até hoje não conseguiu recuperar totalmente o joelho direito. “Fui submetida a uma cirurgia no Meridional, e o que era para ser uma operação simples, para reconstrução de ligamento, se tornou um pesadelo. Tomei medicamentos por um ano e meio e tive que parar a fisioterapia. Hoje, não consigo nem sequer dobrar o joelho”, conta a jovem.

EDSON CHAGAS



# Conselho de Medicina já investiga três profissionais

**Os casos referem-se à contaminação por micobactéria; dois deles abertos a pedido da Secretaria de Saúde**

■ O Conselho Regional de Medicina (CRM) investiga a atuação de três médicos em processos relativos à contaminação de pacientes por micobactéria. Duas dessas investigações foram abertas em novembro de 2007, a partir de uma solicitação da Secretaria Estadual de Saúde (Sesa).

Esse tipo de pedido é feito, segundo Francisco José Dias da

Silva, subsecretário estadual de Saúde, quando são identificados indícios de infração da ética médica em alguma fiscalização feita pelo órgão. "Nessas situações, solicitamos ao CRM que investigue, assim como os casos de crime são comunicados ao Ministério Público." Uma terceira sindicância foi aberta em junho deste ano, a partir da denúncia de um paciente.

Não há prazo para a conclusão dos trabalhos, segundo o diretor do conselho, Adenilton Pedro Cruzeiro. "O que está sendo avaliado é se houve infração ética na realização dos procedimentos", explicou, sem infor-

mar se os médicos envolvidos são alguns dos indiciados ontem pela Delegacia do Consumidor.

A partir de hoje, o CRM poderá abrir novas sindicâncias contra os médicos que forem apontados no inquérito policial. "Quando profissionais são citados na mídia ou em inquéritos policiais, o conselho pode investigar", assinala Adenilton Pedro Cruzeiro.

Mas até chegar a algum tipo de punição pode levar tempo. Um processo administrativo para cassar a inscrição do médico só ocorre após a conclusão sindicância e se essa apontar que houve infração médica.

## Delegado ainda analisa processos de 8 hospitais

■ A Delegacia do Consumidor ainda vai concluir os inquéritos de outros oito hospitais referentes ao surto ocorrido em 2007. A expectativa do delegado José Darcy Santos Arruda é finalizar o trabalho até o final deste ano. "Entro de férias neste dia 28 e, ao voltar, darei continuidade aos inquéritos dos demais hospitais. O Vitória Apart também concentra muitos casos: são 52 no total", destaca Arruda.

Além dos inquéritos encerrados ontem e dos que estão abertos, o delegado abriu um a respeito do Hospital Santa Mônica, em Vila Velha. Mas esse inquérito foi arquivado, "por falta de prova". Segundo Arruda, nesse caso só havia uma vítima, e foi detectado que a contaminação não era por micobactéria.

A demora na conclusão, segundo o delegado, deve-se ao fato de vítimas não terem realizado exames de corpo de delito. Já a representante das vítimas de micobactéria, Kíssila Sodré, diz que há provas suficientes. "Existem depoimentos comprovando que não havia esterilização dos materiais. As vítimas estão muito traumatizadas", diz.

Já os casos de micobactéria que ocorreram em 2008 e 2009, principalmente em clínicas particulares, ainda serão alvos de investigação. "Aguardo a Secretaria Estadual de Saúde encaminhar os dados sobre a investigação dos outros casos de contaminação ocorridos nesses hospitais", frisa Arruda. A Sesa informou que as informações estão disponíveis para a Polícia Civil.

### Alvos da apuração

#### HOSPITAIS E CASOS DE MICOBACTÉRIA

- MERIDIONAL: 99
- VITÓRIA APART: 52
- CIAS UNIMED: 3
- VERA CRUZ (FECHADO): 2
- PRAIA DA COSTA: 10
- SÃO LUIZ: 8
- SANTA RITA: 7
- CENTRO MÉDICO VILA VELHA: 7
- CLÍNICA CLIMEC: 1
- CLÍNICA GRAMEG: 2
- TOTAL: 191 CASOS

Fonte: Polícia Civil

### Unidades hospitalares defendem-se

■ O Hospital Meridional respondeu por nota que ainda não foi notificado, mas vai cumprir as determinações legais. A mesma resposta foi dada pelos hospitais São Luiz e Praia da Costa. O Hospital Santa Rita preferiu não comentar o caso. O Vitória Apart Hospital informa apenas que tem cumprido as determinações do Ministério Público e acompanhado os pacientes infectados. O Centro Médico Vila Velha afirma que são cinco casos de micobactéria detectados na unidade e não sete como aponta a Polícia Civil. Já o Cias Unimed diz que os casos em que o hospital é citado não estão relacionados com a micobactéria. "A autuação recebida em dezembro de 2007 se deu exclusivamente em razão de a Sesa divergir dos critérios praticados pelo Cias no monitoramento de videocirurgias", diz por nota. Os diretores da Clínica Grameg e da Climeg não foram localizados.



## Desde 2007, não há surto infecção por micobactéria

**Secretaria Estadual de Saúde diz que há fiscalização e que não há motivo para evitar cirurgias por vídeo**

■ Todos os procedimentos de controle e fiscalização dos hospitais estão sendo adotados e, desde 2007, não há surto de infecção por micobactéria no Estado. É o que garante a Secretaria Estadual de Saúde (Sesa). Neste ano, segundo o órgão, ainda não há nenhum caso confirmado.

O subsecretário estadual de Saúde, Francisco José Dias da Silva, afirma que os pacientes não têm motivos para evitar as cirurgias feitas por vídeo. "Não há nenhuma contra-indicação. Os estabelecimentos têm todo um critério para esse tipo de procedimento. A gente reforçou muito isso na época do surto, em 2007, com o apoio do Conselho Regional de Medicina (CRM) e da Sociedade de Cirurgia Plástica. A intenção era intensificar os procedimentos para que eles fossem feitos com segurança."

Mas ele admite que casos isolados ainda podem acontecer. "No mundo, têm ocorrido casos de infecção por micobactéria, e já há indícios de que essa bactéria está presente no ambiente. A infecção hospitalar é possível em casos cirúrgicos, inclusive por meio de micobactéria. Mas o nosso papel, enquanto órgão de vigilância, é garantir que não haja condições adequadas para

um surto", afirma Silva.

Em 2007, foram 195 casos de infecção por micobactéria, segundo a Sesa. Em 2008, foram 16; e, no ano passado, 11. A fiscalização é feita pelas comissões de controle de infecção hospitalar, instaladas dentro dos hospitais, e pela comissão estadual. "É feita uma fiscalização constante, um controle permanente", diz. (Carla Nascimento)

### Contaminação trouxe técnicos da Anvisa ao Estado

■ No dia 15 de julho do ano passado, dois técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estiveram no Estado para investigar o que teria provocado a contaminação por micobactéria em pacientes no Espírito Santo. A Clínica Kuster, em Vila Velha, chegou a ser interditada. Os pacientes foram contaminados na unidade

ao serem submetidos à cirurgia de implante de prótese mamária. Na ocasião, a Vigilância Sanitária Estadual fez uma inspeção no local e garantiu que não foram encontradas irregularidades. A Anvisa informou que, em todo o país, ocorreram 23 notificações de micobactéria em 2009. O órgão não soube informar se houve novos casos neste ano. Segundo a Anvisa, os relatórios são anuais, e os dados das secretarias de Saúde ainda não foram repassados para o órgão.

## MP tem 15 dias para decidir se encaminha casos à Justiça

■ Os inquéritos envolvendo os hospitais Meridional e Santa Rita serão encaminhados para as promotorias de Vitória e Cariacica. Nos municípios, estão localizadas as duas unidades hospitalares onde ocorreram as contaminações dos pacientes por micobactéria.

Agora, cabe ao Ministério Público Estadual (MPES) decidir se oferece a denúncia à Justiça. O promotor do Cen-

tro de Apoio dos Direitos do Consumidor do MPES, Fábio Vello, adianta que vai pedir agilidade aos promotores que ficarão responsáveis pela análise dos inquéritos.

"O prazo legal para a decisão dos promotores é de 15 dias, mas vou ligar hoje (quinta) ou amanhã (sexta) para que eles agilizem os trabalhos", afirma.

Caso o órgão decida oferecer denúncia, os casos serão

encaminhados para a Justiça, que, por sua vez, vai instaurar os processos e deverá decidir sobre a condenação dos acusados envolvidos.

Mas, se o MPES concluir que ainda não há provas suficientes para a denúncia, os inquéritos voltam para a Delegacia do Consumidor. "Se o órgão entender que não há elementos, a delegacia volta a fazer diligências", explica o delegado Darcy Arruda.